

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO, DE 36.000 DEBÊNTURES SIMPLES DA MAPPIN TRUST DE RECEBÍVEIS S.A.

Pelo presente instrumento, como EMISSORA, **MAPPIN TRUST DE RECEBÍVEIS S.A.**, companhia aberta, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Bráulio Gomes nº 36, 11º andar, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº 00.925.788/0001-47, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, e como AGENTE FIDUCIÁRIO, nomeado nesta Escritura e nela Interviente, representando a comunhão de debenturistas, adquirentes das debêntures objeto da presente emissão, **BANCO CREDIBANCO S.A.**, instituição financeira com sede social na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Almirante Barroso, nº 52, 4º andar-parte, inscrito no CGC sob nº 33.461.468/0001-32, e sede administrativa nesta capital do Estado de São Paulo, na Av. Paulista, nº 1294, 13º/14º andares, inscrito no CGC sob o nº 33.461.468/0002-13, neste ato representada na forma de seu estatuto social, aqui denominada apenas AGENTE FIDUCIÁRIO, vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar a presente Escritura de Emissão de Debêntures Simples, mediante as seguintes cláusulas e condições:

I DA AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura é celebrada com base na autorização deliberada na Assembléia Geral Extraordinária, da EMISSORA realizada em 17 de novembro de 1995.

II DOS REQUISITOS

A emissão de debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

1. REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

A emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na forma das Leis nºs. 6.385, de 07 de dezembro de 1976 e 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2. ARQUIVAMENTO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Ata da Assembléia Geral Extraordinária que deliberou sobre a emissão de debêntures será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

3. REGISTRO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

A presente Escritura, por instrumento particular, será registrada no competente Cartório de Registro de Imóveis da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, de acordo com o art. 62, inciso II, da lei nº 6404/76.

4. DA DELEGAÇÃO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fica delegada ao Conselho de Administração da EMISSORA, a deliberação sobre o disposto no parágrafo primeiro do artigo 59 da lei 6.404/76 de 15/12/76.

III DA EMISSÃO

1. COLOCAÇÃO

O lançamento será público, para colocação no mercado de balcão, mediante interveniência de instituições financeiras, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80.

2. NEGOCIAÇÃO

A emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizada pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 56/88.

IV DO TÍTULO

1. DATA DA EMISSÃO

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures será 01 de novembro de 1995.

2. QUANTIDADE DE TÍTULOS

Serão emitidas 36.000 (trinta e seis mil) debêntures simples.

3. VALOR NOMINAL UNITÁRIO

As debêntures terão valor nominal unitário na data da emissão de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

4. VALOR TOTAL DA EMISSÃO

O valor total da emissão, tendo como referência a data de 01 de novembro de 1995, é de R\$ 36.000.000,00 (trinta e seis milhões de reais).

5. SÉRIES

A emissão será dividida em 3 (três) séries, de 12.000 (doze mil) debêntures cada.

6. PRAZO E DATA DE VENCIMENTO

O prazo e data de vencimento das 3 séries de debêntures obedecerão o quadro abaixo. Por ocasião do vencimento final de cada uma das séries das debêntures, a EMISSORA obriga-se a proceder à liquidação das que ainda se encontrarem em circulação, pelo valor da sua base de remuneração, acrescido de juros e do prêmio, na forma deste instrumento.

PRAZOS E VENCIMENTOS		
SÉRIE	PRAZO EM MESES	DATA DE VENCIMENTO
1ª	36	01/11/98
2ª	39	01/02/99
3ª	42	01/05/99

7. FORMA

As debêntures serão nominativas não endossáveis, não conversíveis em ações.

8. ESPÉCIE

As debêntures serão da espécie com garantia real representada pelo penhor de direitos creditórios adquiridos pela EMISSORA, na forma da Cláusula V desta Escritura.

9. DIREITO DE PREFERÊNCIA

Não haverá direito de preferência para a subscrição das debêntures pelos atuais acionistas da EMISSORA.

10. FORMA DE PAGAMENTO

As debêntures serão subscritas e integralizadas a vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

11. BASE DE REMUNERAÇÃO

A base de remuneração das debêntures da presente emissão será o valor nominal, acrescido, a partir da data de emissão, da variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, sendo que o produto da atualização agregar-se-á ao valor nominal para fins de cálculo do valor pecuniário de qualquer obrigação prevista nesta Escritura.

11.1 - O cálculo do valor da base de remuneração, para o primeiro dia de um determinado mês, será feito multiplicando-se o valor nominal das debêntures, pela variação acumulada do IGPM desde a data de emissão até esse dia.

11.2. A apuração do montante das obrigações ou eventos que se devam liquidar em datas intermediárias que não correspondam ao primeiro dia útil bancário de cada mês, ou ainda na hipótese de o IGPM aplicável não ser de conhecimento público, será utilizado o IGPM referente ao mês imediatamente anterior ao da atualização monetária, calculado exponencialmente "pro rata temporis", para o período compreendido entre o primeiro dia útil do mês em questão e o pagamento da obrigação ou evento, conforme o disposto no "caput" deste item.

11.3 - Caso o IGPM seja extinto, ou se pela superveniência de norma legal ou regulamentar este não mais puder ser utilizado como forma de cálculo da base de remuneração nas emissões de debêntures, na mesma data da extinção do IGPM ou do impedimento de sua utilização como indexador, passará a ser utilizado o Índice de Preços ao Consumidor divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (IPC - SP da FIPE).

11.4 - Havendo impedimento legal da substituição de índice mencionado no item 11.3 desta cláusula, o AGENTE FIDUCIÁRIO convocará Assembléia de Debenturistas para deliberar a respeito da substituição necessária.

12. REPACTUAÇÃO

12.1. - Fica desde já definido que o primeiro "período de incidência de juros" das debêntures iniciar-se-á na data de subscrição das debêntures, findando-se para cada série nas datas e prazos do quadro abaixo.

PRAZOS E DATAS DE REPACTUAÇÃO		
SÉRIE	PRAZO EM MESES	DATA DE REPACTUAÇÃO
1ª	15	01/02/97
2ª	18	01/05/97
3ª	21	01/08/97

12.2. - O Conselho de Administração da EMISSORA deliberará sobre as condições das demais repactuações, tais como o prazo do próximo "período de incidência de juros", a taxa

de juros e a sua forma de apuração e o prêmio, se houver, inclusive o de permanência, se julgar necessário, bem como da época de seu pagamento.

12.3. - As deliberações do Conselho de Administração sobre as condições de repactuação serão publicadas pela EMISSORA, por dois dias consecutivos, sendo a última publicação no 8º (oitavo) dia imediatamente anterior ao dia da referida repactuação.

12.4. - Das condições fixadas pelo Conselho de Administração, os debenturistas terão o prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data da publicação, para que exerçam a sua opção de venda de seus títulos à EMISSORA, cujos procedimentos serão divulgados no aludido aviso.

12.5. - A EMISSORA obriga-se a adquirir, na data de vencimento de cada período de incidência de juros, de cada uma das séries da presente emissão, dos debenturistas que não aceitarem as condições previstas pelo Conselho de Administração, as debêntures da série em questão, pelo valor da base de remuneração, acrescido dos juros e do prêmio, se houver. As debêntures adquiridas desta forma poderão, a qualquer tempo, ser mantidas em tesouraria ou vendidas a terceiros.

13. REMUNERAÇÃO

As debêntures farão jus a remuneração conforme segue.

13.1. - Juros Remuneratórios

As debêntures da presente emissão, desde a data de emissão até o encerramento do primeiro período de incidência de juros de cada uma das séries, na forma do item 12.1 desta cláusula, serão conferidos juros efetivos à razão de 12% (doze inteiros por cento) ao ano, que serão sempre calculados exponencialmente, por dias decorridos e incidentes sobre a base de remuneração calculada na forma do item 11 desta cláusula. Nos demais períodos de incidência de juros, os juros remuneratórios a que farão jus as debêntures de cada uma das séries serão objeto de deliberação do Conselho de Administração.

Para todos os efeitos de cálculo deste instrumento, o ano será de 360 dias.

Fórmula para cálculo dos juros:

$$j = VNA \times \left[\left(1,12 \right)^{\frac{n}{360}} - 1 \right], \text{ onde:}$$

j = valor dos juros a serem pagos por debênture de cada uma das séries;

n = número de dias decorridos entre a data da emissão e a data de cálculo dos juros de cada uma das séries;

VNA = Valor da base de remuneração da debênture de cada uma das séries, onde:

$VNA = VNO \times IGPM$, onde:

VNO = Valor nominal da debênture de cada uma das séries na data da emissão;

IGPM = fator de variação acumulada, desde a data de emissão até a data de pagamento de juros, do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas;

13.2. - Prêmio

Fica desde já definido que o prêmio será devido a partir da data de subscrição das debêntures até o término do primeiro período de incidência de juros, que findará para a primeira série em 01/02/97, para segunda série em 01/05/97 e para terceira série em 01/08/97, tendo como base de cálculo os parâmetros abaixo relacionados :

Fórmula de Cálculo do Prêmio no Primeiro Período de Incidência de Juros

$P = VNs \times FP - VNA - Ji$, onde:

P = valor do prêmio a ser pago por debênture de cada uma das séries;

VNs= valor da base de remuneração da debênture de cada uma das séries, calculado conforme item 11 desta cláusula, acrescido de juros remuneratórios desde a data de emissão até a data da subscrição;

VNA = valor da base de remuneração da debênture de cada uma das séries, calculado desde a data de emissão até a data de pagamento do prêmio, conforme item 11 desta cláusula;

Ji = juros totais do período compreendido entre a data de emissão e a data de pagamento do prêmio;

FP = fator de apuração do prêmio, de acordo com o maior dos seguintes parâmetros:

a) $FP = \prod FAi$, onde:

$$FAi = [(1 + Ai) \times (1 + S)]^{D/360} \times ci, \text{ onde :}$$

FAi = fator de capitalização individual referente a cada um dos sub-períodos de incidência da taxa ANBID (Associação Nacional dos Bancos de Investimento e Desenvolvimento), para depósitos bancários a prazo do tipo mais negociado, pré ou pós fixada, acrescida (capitalizada) de "spread anual", conforme definido abaixo, calculado exponencialmente por dias decorridos. O fator de apuração do prêmio é obtido pela multiplicação dos fatores individuais.

A_i = taxa ANBID, na forma decimal, sempre referenciada em termos anuais, do primeiro dia útil do respectivo sub-período;

S = “spread” fixado em 1% (um por cento) ao ano para o primeiro período de incidência de juros de cada uma das séries;

D = número de dias corridos do prazo do respectivo sub-período, sendo equivalente ao determinado pela taxa ANBID definida como A_i . O primeiro sub-período iniciar-se-á na data da subscrição. Cada período da apuração de prêmio será composto de tantos sub-períodos quantos forem necessários para cobrir seu prazo total. Caso o primeiro dia de um determinado período ou sub-período de apuração de prêmio não coincida com um dia útil, o prazo válido para FA_i será contado, de qualquer maneira, a partir deste primeiro dia e respeitado o prazo determinado por A_i , acrescido do menor número de dias necessários para que o seu vencimento se dê em dia útil. Na falta de divulgação da taxa ANBID em questão (A_i), será utilizada a última taxa ANBID divulgada dentro do período de até 15 (quinze) dias corridos que anteceder a data do primeiro dia útil do respectivo sub-período. Persistindo a ausência de divulgação da taxa ANBID, será utilizada a média aritmética das taxas de captação dos certificados de depósito a prazo, pós ou pré fixados, obtida pelo Agente Fiduciário, para lotes de valor equivalente a R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), que será mensalmente atualizado pelo IGPM, a partir da data de emissão, junto às seguintes instituições: Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A., Banco Bradesco S.A. e Banco Itaú S.A. O prazo do último sub-período de cada período de apuração de prêmio será ajustado de tal maneira que o seu vencimento coincida com a data de início do novo período de apuração de prêmio. Caso a divulgação da taxa ANBID seja referenciada a prazo diferente de 360 dias, esta taxa deverá ser ajustada de forma a refletir a base de 360 dias; e

ci = variação acumulada do indexador no sub-período para o qual a taxa ANBID mais negociada for do tipo pós fixado. No caso da taxa ANBID ser do tipo pré fixada, ci será igual a 1.

b) $FP = (1 + I) \times (1 + Si)^{Di/360}$, onde:

I = fator de variação acumulada do IPC (Índice de Preços ao Consumidor), calculado pela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), desde a data de subscrição até a data de pagamento do prêmio. No caso da data de subscrição não corresponder ao primeiro dia útil do mês, a variação do IPC para o primeiro mês será calculada “pro rata temporis”, desde a data de subscrição. Na data de pagamento do prêmio, na hipótese do IPC aplicável não ser de conhecimento público, será utilizado o IPC referente ao mês imediatamente anterior.

Si = “spread” fixado em 18% ao ano;

Di = número de dias decorridos desde a data de subscrição das debêntures de cada uma das séries até a data de pagamento do prêmio.

14. DO PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES

14.1. - O valor da base de remuneração das debêntures, calculado nos termos desta escritura, será acumulado para pagamento, de uma só vez, a ser efetivado por ocasião do vencimento final das debêntures, ou no evento de aquisição obrigatória nos termos do item 12.5. desta cláusula.

14.2. - Os juros remuneratórios e o prêmio, se houver, serão pagos nas datas de repactuação referidas no item 12 desta cláusula, e nas datas de repactuação que venham a ser definidas pelo Conselho de Administração da EMISSORA para a presente emissão, ou no vencimento final das debêntures.

15. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO

O preço de subscrição das debêntures de cada uma das séries é a base de remuneração, acrescido de juros remuneratórios, calculados exponencialmente, por dias decorridos, desde a data da emissão, até a data da subscrição.

16. AMORTIZAÇÃO PARCIAL

16.1. - Independentemente do pagamento das obrigações, previsto no item 14 desta cláusula, se ocorrer qualquer redução na garantia desta emissão, sem a possibilidade de sua recomposição, visando evitar o vencimento antecipado da emissão, a EMISSORA amortizará parcela das debêntures, em iguais proporções entre os debenturistas, em percentual suficiente para reconstituir o nível de penhor previsto para esta emissão, desde que aprovado pelos debenturistas em Assembléia especialmente convocada para esse fim.

16.2. - A EMISSORA efetuará a amortização parcial das debêntures pelo valor de sua base de remuneração, acrescido dos juros remuneratórios e do prêmio, se houver.

17. ENCARGOS MORATÓRIOS

Caso a EMISSORA venha a incorrer em mora no pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, os valores em atraso ficarão sujeitos a multa convencional, irredutível e não compensatória, de 10% (dez por cento) e a juros moratórios a razão de 1% (um inteiro por cento) ao mês, incidentes sobre os valores em questão, calculados exponencialmente "pro-rata-temporis" desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

18. EXTINÇÃO DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS

As debêntures de cada uma das séries, após seu vencimento final ou vencimento antecipado, não mais farão jus a atualização monetária e juros, conforme previstos nesta Escritura, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento, sem prejuízo do item 17 desta cláusula.

19. LOCAL DE PAGAMENTO

Os pagamentos referentes à base de remuneração, juros e prêmio, se houver, a que fazem jus as debêntures serão efetuados pela EMISSORA por intermédio do Sistema da Central de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, ou na sede da EMISSORA, na hipótese de o debenturista não estar vinculado a esse Sistema.

20. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

21. PUBLICIDADE

Todos os atos e decisões relevantes, definidos pela CVM e decorrentes desta emissão que, de qualquer forma vierem a envolver direta ou indiretamente, interesses dos debenturistas, deverão ser publicados na forma de "aviso aos debenturistas" no Jornal "Gazeta Mercantil", em edição nacional, podendo também ser publicados em outros jornais de grande circulação.

22. AQUISIÇÃO FACULTATIVA

A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação no mercado, por preço não superior ao valor da base de remuneração, acrescido de juros e prêmio, se houver, observado o disposto no art. 55 § 2º da Lei 6404/76. As debêntures adquiridas pela EMISSORA poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria, ou alienadas no mercado.

23. CERTIFICADOS DAS DEBÊNTURES

A EMISSORA poderá emitir certificados representativos das debêntures da presente emissão. Neste caso, os referidos certificados serão entregues aos debenturistas no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da solicitação.

24 - FUNDO DE AMORTIZAÇÃO

Será constituído fundo de amortização para efetuar o pagamento das debêntures apresentadas para resgate ou para aquisição pela EMISSORA, nas datas de repactuação referidas no item 12 desta cláusula e nas demais datas definidas pelo Conselho de Administração da EMISSORA, bem como para o pagamento das debêntures por ocasião do resgate.

24.1.- Saldo Mínimo do Fundo de Amortização

Saldo mínimo equivalente a 103% (cento e três por cento) do valor das debêntures de cada uma das séries desta emissão, apresentadas para aquisição pela EMISSORA, nas datas de

repactuação ou resgate, pelo valor da base de remuneração acrescido de juros e prêmio, se houver.

24.2. - Datas de Início de Constituição do Fundo de Amortização

A constituição do Fundo de Amortização para o pagamento das debêntures de cada uma das séries desta emissão, apresentadas para resgate ou para aquisição pela EMISSORA, nas datas de repactuação, terá o início 90 (noventa) dias antes das correspondentes datas de resgate ou de repactuação, mencionadas no item 12.1 da Cláusula IV, bem como nas datas de repactuação que vierem a ser definidas pelo Conselho de Administração.

24.3 - Prazo e Data de Vencimento das Aplicações com Recursos do Fundo de Amortização

Os ativos financeiros existentes no fundo de amortização constituído para efetuar o resgate ou a aquisição das debêntures desta emissão, apresentadas à EMISSORA nas repactuações ou vencimento, deverão ter data de resgate ou vencimento anterior às datas de resgate ou repactuação, conforme o caso.

24.4 - Cálculo do Valor Presente das Aplicações com Recursos do Fundo de Amortização

O valor presente das aplicações do tipo pós-fixado serão descontados pela taxa interna de retorno das respectivas aplicações. Quando a taxa da aplicação for do tipo pré-fixada, utilizar-se-á a taxa diária apurada no último dia útil, projetando-se a mesma para os demais dias do prazo remanescente.

24.5 - Caso o fundo de amortização esteja em montante abaixo do mínimo exigido: neste caso, todo o recebimento dos recebíveis da EMISSORA será direcionado para recomposição do saldo do fundo de amortização.

24.6 - O fundo de amortização poderá estar em montante igual ou superior ao mínimo exigido: neste caso, nenhuma alteração deverá ser feita no fundo de amortização. Ou seja, eventual excesso permanecerá no fundo como uma antecipação de futuros depósitos, ressalvado o disposto no item 24.7 desta cláusula.

24.7 - Excetuando-se as quantias necessárias ao pagamento dos juros e do prêmio, se houver, ao término de cada período de incidência de juros, os recursos utilizados para compor o fundo de amortização no valor de 100% (cem por cento) do valor de aquisição das debêntures na ocasião da repactuação de cada uma das séries, poderão ser novamente utilizados para aquisição de direitos creditórios, caso não ocorra a opção de venda para a EMISSORA por parte dos debenturistas.

V DA GARANTIA REAL

1 - PENHOR DE DIREITOS CREDITÓRIOS - A EMISSORA constitui em favor dos debenturistas, representados pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, para a garantia de todas as

obrigações, principal e acessórias, decorrentes da emissão de que trata este instrumento, o penhor de direitos creditórios de que é ou será detentora a EMISSORA, resultantes de pagamentos de mercadorias e/ou serviços devidos à EMISSORA como cessionária de direitos creditórios que satisfaçam cumulativamente as seguintes condições:

- a) sejam decorrentes da aquisição final de bens e/ou serviços junto à MAPPIN LOJAS DE DEPARTAMENTOS S.A., devidamente formalizados, conforme comprovantes e outros documentos fornecidos pela referida empresa;
- b) encontrem-se livres e desembaraçados de ônus, encargos ou pendências judiciais ou extrajudiciais, ou de outra cessão similar;
- c) não apresentem parcelas vencidas na ocasião da cessão e não provenham de devedores que apresentem histórico de perda na ocasião da cessão;
- d) encontrem-se enquadrados na política ordinária da concessão de crédito na MAPPIN LOJAS DE DEPARTAMENTOS S.A., a qual deverá ter sido aprovada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO para os fins dessa cessão.

1.1 - O valor global da garantia, durante a vigência da emissão, deve corresponder à, no mínimo, 140% (cento e quarenta por cento) da base de remuneração, juros e prêmio das debêntures desta emissão em circulação, observados os termos dos subitens 1.1.1 e 1.1.3.

1.1.1 - Na hipótese em que a composição da garantia referida no caput do item 1 e subitem 1.1 desta cláusula seja feita com a caução de títulos representativos de aplicações financeiras, nos termos do subitem 1.2 desta cláusula, tais aplicações financeiras deverão ter data de vencimento anterior à da repactuação de cada uma das séries ou a data de vencimento das debêntures de cada série.

O volume de ativos que compõem a garantia e que exceder o montante total da emissão das debêntures, referente a base de remuneração, item 11 da cláusula IV, acrescido de juros exponenciais de 12% (doze por cento) ao ano e do prêmio, se houver, apurados até a data da aplicação financeira, poderá ser aplicado pelo prazo máximo de 35 (trinta e cinco) dias, independentemente dos limites acima especificados.

As aplicações financeiras devem ser limitadas aos: (a) produtos de renda fixa e/ou fundos mútuos que não contenham mais de 15% (quinze por cento) de títulos de renda variável em sua composição, na data da aplicação; (b) operações de "hedge" visando a proteção de seus ativos, realizadas na Bolsa Mercantil e de Futuros (BM&F) ou no mercado de balcão tendo como contraparte as instituições financeiras relacionadas no Estatuto Social da EMISSORA; (c) operações estruturadas com opções em mercados organizados, das quais decorram rendimentos previamente definidos.

1.1.2 - Os direitos creditórios que constituem a garantia real mencionada nesta cláusula terão vencimento anterior, em pelo menos 30 (trinta) dias, à data de vencimento das debêntures da presente emissão.

1.1.3 - O enquadramento dos créditos no âmbito das regras definidas neste subitem deverá ser objeto de revisão por auditoria independente.

1.1.4 - Na hipótese em que mais de 50 % (cinquenta por cento) das debêntures da primeira série, desta emissão, sejam apresentadas para aquisição pela EMISSORA, conforme os itens 12.4 e 12.5 da Cláusula IV, a EMISSORA não poderá destinar os recursos oriundos do recebimento dos direitos creditórios de que trata esta Cláusula para a aquisição de novos direitos creditórios, até que se encerrem os eventos de repactuação da segunda e terceira séries desta emissão.

1.2. - A EMISSORA, a fim de manter o nível mínimo de garantia real referido no caput deste item e no subitem 1.1 desta cláusula, poderá dar em caução títulos representativos de aplicações financeiras de suas disponibilidades transitórias de caixa, que deverão sempre ser realizadas em bancos, dentre aqueles definidos no Estatuto Social da EMISSORA, previamente aprovados pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.

1.2.1 - Os recursos do Fundo de Amortização que integrarem a garantia real das debêntures, deverão atender aos requisitos dos itens 1.1.1 e 1.2 desta cláusula.

1.3 - A guarda da documentação dos direitos creditórios cedidos caberá à CEDENTE, contratada nos termos do subitem 2.f. da cláusula VI, na qualidade de fiel depositária, ou outra sociedade escolhida pelo AGENTE FIDUCIÁRIO para tal fim.

1.4 - Os direitos creditórios que se tornarem vencidos e não pagos por mais de 60 (sessenta) dias, bem como aqueles vincendos oriundos do mesmo contrato de financiamento, deverão ser retrocedidos para a MAPPIN LOJAS DE DEPARTAMENTOS S.A.. Também deverão ser retrocedidos os direitos creditórios que deixarem de atender aos requisitos previstos no item 1 desta Cláusula.

1.5 - A EMISSORA substabelece, por este ato, sem reserva de iguais poderes, ao AGENTE FIDUCIÁRIO, em caráter irrevogável, e como condição de negócio, para que este possa efetivar a execução da garantia, os poderes recebidos dos cedentes dos direitos creditórios, a fim de poder emitir, em seus nomes, respectivamente, as notas promissórias ou outros títulos de crédito representativos das despesas efetuadas e consubstanciadas nos contratos ainda não vencidos e cujos direitos creditórios sirvam de garantia para a presente emissão, podendo exercer desde logo todos os poderes inerentes ao citado mandato, inclusive e especialmente junto ao(s) banco(s) cobrador(es) referidos no subitem 2 desta cláusula, bem como praticar todos os atos previstos nos arts. 774, III e 792 do Código Civil. Os poderes ora substabelecidos poderão, a critério do AGENTE FIDUCIÁRIO, ser substabelecidos à CEDENTE, para a perfeita consecução dos compromissos por ela assumidos perante a EMISSORA.

1.6 - Todos os documentos ou relações adicionais que forem encaminhados ao AGENTE FIDUCIÁRIO, em virtude de substituição, reposição, complementação ou reforço de garantia, considerar-se-ão incorporados à escritura de emissão.

1.7 - Quando houver substituição ou complementação da garantia prestada, os novos bens ou direitos dados em garantia ficarão sujeitos a todas as disposições desta Cláusula V.

1.8 - Se os bens dados em garantia vierem a ser objeto de penhora, sequestro, arresto, arrecadação em processo falimentar ou qualquer outra medida judicial ou administrativa ou, ainda, se sofrerem depreciação, desvalorização, ou tornarem-se inábeis, impróprios, imprestáveis ou insuficientes para assegurar o cumprimento das obrigações a cuja garantia se destinam, será obrigatória a substituição, reposição, complementação, ou reforço da garantia, no prazo estipulado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.

1.9 - Se a garantia vier a tornar-se insuficiente em virtude de reajuste do débito da EMISSORA, será obrigatória a sua complementação ou reforço, na forma do subitem 1.8 desta cláusula, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento da solicitação do AGENTE FIDUCIÁRIO, sob pena de vencimento antecipado das debêntures.

1.10 - Obriga-se a EMISSORA a comunicar ao AGENTE FIDUCIÁRIO no prazo de 2 (dois) dias úteis após a ocorrência do evento, qualquer diminuição, desvalorização, deterioração, ou perecimento de bens constitutivos da garantia real.

1.11 - O AGENTE FIDUCIÁRIO exercerá sobre os bens dados em garantia todos os poderes que lhe são assegurados pela legislação vigente, podendo, na hipótese de inadimplemento, executar o penhor e, se for o caso, a caução dos outros títulos previstos no subitem 1.2 desta cláusula, judicial ou extrajudicialmente, ou dispor dos bens mediante venda, cessão, transferência ou por qualquer outra medida, independentemente de leilão, hasta pública, avaliação prévia, público pregão ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial.

1.12 - Do produto de recebimento dos créditos que compõem a garantia, parte do mesmo será aplicado financeiramente para fazer a composição do fundo de amortização, nas épocas devidas, ficando os títulos representativos dessas aplicações caucionados, também para a garantia da presente emissão de debêntures. O saldo de tais recebimentos será utilizado para a aquisição de novos direitos creditórios, recompondo as margens de garantia das debêntures.

1.13 - Os recursos oriundos da presente emissão de debêntures ficarão sob o controle do AGENTE FIDUCIÁRIO até que este comprove a perfeita constituição da garantia a favor dos debenturistas, quando então serão entregues à EMISSORA, nos termos do art. 60, parágrafo 2o. da Lei 6404/76.

2. Banco(s) Cobrador(es) - caberá à EMISSORA indicar, com a prévia aprovação do AGENTE FIDUCIÁRIO o(s) banco(s) comercial(is) que ficará(ão) incumbido(s) de promover o recebimento dos direitos creditórios cedidos dos respectivos devedores e/ou da CEDENTE, aplicar os recursos financeiros resultantes.

VI OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

1. Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a) dentro de no máximo 20 (vinte) dias após o término de cada mês, relatório relativo ao processo de cessão de direitos creditórios, incluindo o fluxo de caixa a ele relativo, com pelo menos todas as informações constantes do subitem 1.1 desta cláusula;
- b) dentro de no máximo 20 (vinte) dias após o término do primeiro semestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras relativas a esse período;
- c) dentro de no máximo 58 (cinquenta e oito) dias após o término de cada exercício social, demonstrações financeiras completas relativas ao seu exercício social, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à EMISSORA, ou à sua administração e das respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da EMISSORA;
- d) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM No. 202, de 06/12/93, nos prazos previstos; e
- e) prontamente as informações que lhe forem solicitadas e permitir que representantes do AGENTE FIDUCIÁRIO (ou do auditor independente por ele contratado), legalmente constituídos e previamente indicados, visitem as dependências onde sejam conduzidos os negócios da EMISSORA, e que tenham acesso aos seus livros, registros contábeis e controle de todos os direitos creditórios, quer objeto de garantia, quer não;
- f) com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, notificação da convocação de qualquer Assembléia Geral, e prontamente fornecer cópias de todas as atas de todas as assembléias gerais, ordem do dia antes da assembléia se realizar, e de todas as atas de reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- g) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial relativa aos serviços e atividades objeto desta Escritura.

1.1 - O relatório referido no subitem 1.a desta cláusula deverá conter, pelo menos, informações referentes a:

- a) fluxo de caixa do processo de cessão de direitos creditórios no período;
- b) taxa de juros ou desconto aplicada aos direitos creditórios cedidos;
- c) atendimento dos critérios de elegibilidade para a cessão de direitos creditórios estabelecidos nesta Escritura;
- d) volume absoluto e percentual de perdas e inadimplência na liquidação da Carteira de direitos creditórios global da MAPPIN LOJAS DE DEPARTAMENTOS S.A.,

englobando-se os direitos creditórios cedidos à EMISSORA, por mês de vencimento, a partir de 12 (doze) meses anteriores ao último vencimento;

e) balancete e conta de resultados da EMISSORA no período;

f) demonstrativo de despesas incorridas pela EMISSORA no período, discriminadas de forma a indicar as comissões de serviços e outras incorridas no período;

2) A EMISSORA obriga-se, ainda a:

a) não realizar operações fora do seu objeto social;

b) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei No.6404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações anuais;

c) complementar a publicação dos documentos referidos no item anterior, com notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações financeiras legalmente exigíveis;

d) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

e) notificar o AGENTE FIDUCIÁRIO sobre qualquer ato ou fato que possa causar a interrupção ou suspensão das atividades da EMISSORA por mais de 2 (dois) dias úteis;

f) contratar e manter contratada empresa(s) de prestação de serviços, aqui denominada apenas a CEDENTE, aceitável para o AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual se responsabilizará(ão) pela administração e atividades operacionais da EMISSORA, sempre respeitando as restrições estabelecidas na cláusula V, estabelecendo no contrato pelo menos as seguintes obrigações e restrições;

f.1) o contrato seja rescindido em caso de (a) fusão, cisão, incorporação da CEDENTE, exceto se a empresa resultante de tais formas de reorganização possa prestar serviços da mesma qualidade, a juízo do AGENTE FIDUCIÁRIO, (b) concordata ou falência da CEDENTE, ou (c) descumprimento das obrigações contratuais a juízo do AGENTE FIDUCIÁRIO;

f.2) a CEDENTE deverá obrigar-se a fornecer, sem quaisquer ônus, sempre que solicitado pela EMISSORA ou pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, cópias dos sistemas e registros de dados relativos aos direitos creditórios, sendo que cópias de segurança destes sistemas e registros eletrônicos de dados deverão ser mantidos em, pelo menos, dois locais diversos;

f.3) em caso de rescisão do contrato, a CEDENTE, deverá entregar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, cópia dos sistemas e programas de computador utilizados na prestação dos serviços, inclusive o programa-fonte, tudo sem ônus para a

EMISSORA ou para o AGENTE FIDUCIÁRIO, permanecendo a CEDENTE, a critério do AGENTE FIDUCIÁRIO, nos termos do item 27, Seção II, do Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios, Prestação de Serviços de Administração e Cobrança e outras Avenças, obrigada pela prestação dos serviços até o recebimento do crédito a receber de maior prazo;

f.4) o contrato deverá permitir o livre acesso do AGENTE FIDUCIÁRIO e/ou da EMISSORA, ou dos representantes por eles designados, às informações sobre os créditos a receber, sempre que solicitado, e sem custo para os solicitantes;

f.5) a CEDENTE deverá identificar claramente em seus sistemas os direitos creditórios a receber da EMISSORA, assumindo a CEDENTE responsabilidade por qualquer falha na transferência dos recursos dos créditos a receber para a EMISSORA;

g) contratar auditor independente para examinar os relatórios referidos no item 1 desta Cláusula, bem como todo o processo de cessão dos direitos creditórios e outros bens que integram a garantia real dessa emissão, auditor esse que deverá ter a sua indicação previamente aprovada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.

VII DO AGENTE FIDUCIÁRIO

A EMISSORA constitui e nomeia AGENTE FIDUCIÁRIO da emissão objeto da presente escritura, Banco Credibanco S.A., retro qualificado, o qual neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos titulares das debêntures perante a EMISSORA.

1. Remuneração - o AGENTE FIDUCIÁRIO receberá, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, a quantia em moeda corrente nacional, equivalente ao percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) ao ano, calculado sobre o valor total das debêntures da segunda emissão, honorários esses devidos mensalmente, e pagáveis até o quinto dia útil do mês subsequente.

2. Substituição - Nas hipóteses de ausência ou impedimento temporário, renúncia, intervenção ou liquidação judicial ou extrajudicial ou falência ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado do evento que a determinar, assembléia dos debenturistas, para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá a EMISSORA efetua-la, sendo certo que a CVM

poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO.

2.1 - Na hipótese do AGENTE FIDUCIÁRIO não poder continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo a sua substituição. Neste caso obriga-se a alienar ao novo AGENTE FIDUCIÁRIO as ações de que é titular.

2.2 - É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das debêntures no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia especialmente convocada para este fim, mediante a aprovação de debenturistas representando a totalidade dos títulos em circulação.

2.3 - A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO fica sujeita a comunicação prévia à CVM e a sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8o., da Instrução CVM No. 28, de 23/11/83 e eventuais normas posteriores.

2.4 - A substituição, em caráter permanente, do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, devendo o mesmo ser averbado no Registro de Imóveis no qual foi registrada a mesma Escritura.

2.5 - O AGENTE FIDUCIÁRIO entrará no exercício de suas funções a partir da data da lavratura da Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

2.6 - Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos a respeito baixados por ato da CVM.

3. - Deveres do AGENTE FIDUCIÁRIO - Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:

a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;

b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais documentos e/ou registros magnéticos de informação e outros papéis relacionados ao exercício de suas funções, recebidos da EMISSORA;

d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas na Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

e) promover nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro da Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;

f) exercer, especialmente quanto ao controle da efetividade e realização da garantia real constituída em favor dos debenturistas, as seguintes atribuições:

f.1 - contratar auditoria permanente, às expensas da EMISSORA, e de empresa especializada registrada na CVM, no que se refere ao processo de cessão de direitos creditórios e sua realização pela EMISSORA, caso a mesma não o faça nos termos do item 2.g da cláusula VI desta Escritura;

f.2 - acompanhar, diretamente ou através de prepostos que vier a indicar, via relatórios periódicos fornecidos pela EMISSORA, o andamento do processo de transferência dos direitos creditórios a receber para a EMISSORA, sua realização e substituição, especialmente quanto ao nível de inadimplência dos devedores responsáveis pelos créditos cedidos e outros critérios de elegibilidade dos devedores responsáveis pelos direitos creditórios cedidos à EMISSORA, bem como dos demais direitos creditórios da Carteira Global da MAPPIN LOJAS DE DEPARTAMENTOS S.A..

f.3 - acompanhar, via relatórios periódicos fornecidos pela EMISSORA, o andamento do processo de retrocessão de direitos creditórios da EMISSORA para a MAPPIN LOJAS DE DEPARTAMENTOS S.A. ou a cessão para CASA ANGLO BRASILEIRA S.A. e/ou suas controladas, se parcela(s) do contrato não for(em) liquidada(s) até a data do respectivo vencimento;

f.4 - acompanhar, via relatórios periódicos fornecidos pela EMISSORA, o andamento detalhado do seu fluxo de caixa;

f.5 - verificar a manutenção da relação mínima prevista no subitem 1.1 da cláusula V, entre os direitos creditórios e o montante das debêntures em circulação;

f.6 - contratar Novo Prestador de Serviços na hipótese da CEDENTE não estar procedendo ao recebimento regular junto aos devedores originais do valor dos direitos creditórios cedidos;

g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas das modificações nas condições das debêntures;

i) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos Distribuidores Cíveis, das Varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, e órgãos da Fazenda Pública, onde se localiza a EMISSORA;

j) solicitar de forma fundamentada, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;

k) convocar, quando necessário, a assembléia de debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA deve efetuar suas publicações;

l) comparecer à assembléia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

m) elaborar relatórios mensais destinados aos debenturistas, com as informações previstas no artigo 68, parágrafo primeiro, alínea "b" da Lei 6.404/76, consolidados em relatório anual, os quais deverão conter, ao menos as seguintes informações:

m.1 - eventuais omissões ou inverdades de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA ou ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela EMISSORA;

m.2 - alterações estatutárias ocorridas no período;

m.3 - comentários sobre as demonstrações financeiras da EMISSORA enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de capital da EMISSORA;

m.4 - posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado e de outras debêntures porventura emitidas pela EMISSORA;

m.5 - resgate e pagamento de juros das debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de debêntures pela EMISSORA e de outras debêntures porventura emitidas pela EMISSORA;

m.6 - acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA;

m.7 - cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA neste instrumento;

m.8 - declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a sua função de AGENTE FIDUCIÁRIO;

n) colocar os relatórios mensais e o relatório anual de que trata a alínea “m” deste item 3, à disposição dos debenturistas no prazo máximo de, respectivamente, 30 (trinta) dias do encerramento de cada mês e 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, respectivamente, ao menos nos seguintes locais:

n.1 - na sede da EMISSORA;

n.2 - no escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;

n.3 - na CVM;

n.4 - nas instituições que lideraram a colocação das debêntures;

o) elaborar, mensalmente, sem prejuízo dos relatórios referidos na alínea “m” deste item 3, análise dos relatórios relativo ao processo de cessão de direitos creditórios fornecidos pela EMISSORA na forma do subitem 1.1 da cláusula VI;

p) publicar, nos órgãos da imprensa em que a EMISSORA deve efetuar suas publicações, e às expensas da EMISSORA, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados na alínea “n” deste item 3;

q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes da Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer, tais como (1) a constituição regular pela EMISSORA do penhor previsto na cláusula V, (2) a caução de títulos representativos de aplicações financeiras nos termos dos subitens 1.1 e 1.2 da cláusula V, (3) o substabelecimento de poderes referido no subitem 1.5 da cláusula V, (4) a indicação dos banco(s) incumbido(s) de promover o recebimento dos créditos cedidos, conforme o subitem 2 da cláusula V, (5) o fornecimento dos relatórios referidos no subitem 1.a da cláusula VI;

r) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 7 (sete) dias, de qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, de obrigações assumidas na Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM;

s) caucionar, ou fazer com que sejam caucionadas, a favor dos debenturistas, a totalidade das Ações Preferenciais Classe A de emissão da EMISSORA. O direito de veto de tais ações será exercido pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, por autorização expressa do titular de tais ações. Na hipótese do AGENTE

FIDUCIÁRIO entender que é do interesse da comunhão dos debenturistas não exercer o direito de veto, deverá convocar uma assembléia de debenturistas para decidir qual a providência tomar, assembléia essa que deliberará na forma do item 5 da Cláusula X.

3.1 - O AGENTE FIDUCIÁRIO não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade para se basear nas deliberações societárias e atos da administração da EMISSORA, ou ainda qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela EMISSORA ou por terceiros a seu pedido.

4. Atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO - o AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a EMISSORA, para proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, representando os mesmos em processos de falência, concordata, intervenção ou liquidação judicial ou extrajudicial da EMISSORA, devendo ainda:

a) declarar, observadas as condições desta emissão, e em especial o disposto no item 1 da cláusula VIII, antecipadamente vencidas as debêntures, e cobrar seu principal e acessórios;

b) executar garantias reais, aplicando o produto em pagamento, integral ou proporcional, dos debenturistas titulares de debêntures com tal garantia real;

c) assumir, em caso de ocorrência de algum dos eventos previstos nos subitens 1.a, 1.b e 1.d da cláusula VIII, o controle da disposição e liquidação dos direitos creditórios existentes no ativo da EMISSORA.

4.1 - Na ocorrência dos eventos descritos nos itens de 1.g a 1.k, 1.o, 1.p e 1.q, da Cláusula VIII desta Escritura, o AGENTE FIDUCIÁRIO convocará uma assembléia de debenturistas para avaliação do comprometimento do recebimento.

4.1.1 Na ocorrência do evento descrito no item 1.(l) da Cláusula VIII desta Escritura, e, cumulativamente, a rescisão ali prevista tenha sido causada pela ocorrência de um dos itens de 1.g a 1.k, 1.o, 1.p e 1.q da Cláusula VIII desta Escritura, serão aplicados os procedimentos previstos neste item 4.1.

4.1.2 Caso seja aceito pela Assembléia de Debenturistas, serão aplicados os procedimentos previstos no item 4.2 desta Cláusula.

4.1.3 Caso não ocorra a hipótese prevista no subitem 4.1.2 desta Cláusula, a emissão prosseguirá.

4.2 - O vencimento antecipado da debêntures implica a adoção dos seguintes procedimentos:

a) o AGENTE FIDUCIÁRIO poderá, discricionariamente, determinar a imediata substituição da CEDENTE, no desempenho do Contrato de

Prestação de Serviços, caso entenda que os serviços da mesma não oferecem mais o adequado grau de confiabilidade, ficando automaticamente substabelecidos, sem reserva, em favor do AGENTE FIDUCIÁRIO ou do Novo Prestador de Serviços que vier a ser contratado, todos os mandatos outorgados pela CEDENTE e pela EMISSORA para a execução do disposto no presente mandato;

b) a EMISSORA deverá comunicar imediatamente aos debenturistas a ocorrência do evento e a declaração da antecipação do vencimento das debêntures, aplicando-se o produto do Fundo de Amortização no respectivo pagamento total ou parcial, neste último caso proporcionalmente entre os titulares das debêntures;

c) a adoção pela CEDENTE (ou pelo Novo Prestador de Serviços) de todos os procedimentos previstos no Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios, Prestação de Serviços de Administração e Cobrança e outras Avenças.

4.2.1 A CEDENTE envidará seus melhores esforços no sentido de prosseguir efetuando a reaquisição dos Direitos Creditórios integrantes da garantia, que não tenham sido integralmente liquidados no respectivo vencimento, diretamente ou não.

4.2.2 Não ocorrendo a reaquisição prevista no item 4.2.1 desta Cláusula, aplicar-se-á o disposto no Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios, Prestação de Serviços de Administração e Cobrança e outras Avenças, podendo a CEDENTE (ou o Novo Prestador de Serviços) proceder à cobrança do valor dos direitos creditórios integrantes da garantia, judicial ou extrajudicialmente, revertendo em favor da EMISSORA, todos os acréscimos penais e moratórios pagos pelos clientes, para aplicação na liquidação do valor das debêntures, acréscimos esses que não poderão ser dispensados ou reduzidos sem a prévia autorização do AGENTE FIDUCIÁRIO.

4.2.3 Caso, após o pagamento à CEDENTE do valor dos direitos creditórios integrantes da garantia, e a liquidação integral das debêntures, exista saldo eventual remanescente nas Contas Vinculadas, o referido saldo reverterá a favor da EMISSORA, que poderá utilizá-lo livremente.

4.2.4 O exercício das atribuições de AGENTE FIDUCIÁRIO previstas no Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios, Prestação de Serviços de Administração e Cobrança e outras Avenças e na emissão das debêntures, será sempre limitado por decisão em contrário de assembléia de debenturistas, tomada pelo "quorum" mínimo de 2/3 (dois terços) das debêntures em circulação.

5. - Despesas do AGENTE FIDUCIÁRIO - a EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas, ou para realizar seus créditos.

5.1 - O ressarcimento a que se refere este item 5, será efetuado imediatamente após a entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente realizadas e necessárias à proteção dos direitos dos portadores dos títulos.

5.2 - As despesas a que se refere este item 5 compreenderão, inclusive, as seguintes:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto na Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;
- c) locomoções e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis pela ocorrência de omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

5.3 - O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO, por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenham sido saldados na forma do subitem 5.1 desta Cláusula VII, será acrescido à dívida da EMISSORA e gozará das mesmas garantias das debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

VIII

DO VENCIMENTO ANTECIPADO

1. O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá, nos termos do disposto no item 4 e respectivos subitens, da cláusula VII, declarar antecipadamente vencidas e pagáveis todas as obrigações oriundas da presente emissão com relação às respectivas debêntures e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA do valor da base de remuneração das mesmas debêntures, calculada na forma do item 11 da Cláusula IV, juros e prêmio, se houver, na ocorrência dos seguintes eventos:

- a) decretação de falência ou impetração de concordata preventiva pela EMISSORA;
- b) decretação de falência ou impetração de concordata preventiva pela CASA ANGLO BRASILEIRA S.A. e/ou qualquer uma de suas controladas;
- c) caso a EMISSORA descumpra o seu estatuto social, notadamente nas matérias para as quais há necessidade de aprovação de acionistas detentores de ações preferenciais Classe "A" no que tange às restrições estabelecidas ao respectivo objeto social;

d) em caso de declaração judicial, administrativa ou por decisão judicial, da dissolução da EMISSORA e/ou de sua liquidação;

e) em caso de se verificar a cessão de créditos que não atendam aos requisitos de elegibilidade fixados pelo AGENTE FIDUCIÁRIO e comunicados previamente à EMISSORA em percentual superior a 5% (cinco por cento) do valor dos créditos cedidos, sem o devido enquadramento no prazo de 2 (dois) dias úteis após a comunicação do AGENTE FIDUCIÁRIO;

f) caso a EMISSORA deixe de cumprir as obrigações aqui estabelecidas, notadamente no que tange ao pagamento das obrigações e à Clausula VI - "OBRIGAÇÕES ADICIONAIS da EMISSORA", não sendo sanada a omissão no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da data em que a EMISSORA for notificada por escrito da mesma omissão;

g) caso o penhor contrarie as restrições estabelecidas no item 1 da Cláusula V por mais de 2 (dois) dias consecutivos;

h) Com relação à carteira de direitos creditórios global da MAPPIN LOJAS DE DEPARTAMENTOS S.A. incluindo-se os direitos creditórios cedidos à EMISSORA, haver ocorrido perda superior a 5% (cinco por cento) do seu respectivo valor, aí entendida a perda como sendo os direitos creditórios vencidos e não pagos por prazo superior a 12 (doze) meses, ou a manutenção de uma taxa de inadimplência acumulada, assim entendidos os direitos creditórios vencidos e não pagos, acima de 25% (vinte e cinco por cento) ou 40% (quarenta por cento) nos casos h.1 e h.2, respectivamente:

h.1 - Soma dos direitos creditórios vencidos e não pagos a menos de 60 (sessenta) dias, inclusive, e a mais de 30 (trinta) dias;

h.2 - Soma dos direitos creditórios vencidos e não pagos até 30 (trinta) dias, inclusive.

i) inviabilização pela superveniência de normas legais e regulamentares da utilização de indexadores do cálculo da base de remuneração nas emissões de debêntures.

j) inviabilização pela superveniência de normas legais ou regulamentares da cessão de direitos creditórios nas condições previstas no item 1 da Cláusula V, sem que ocorra a inclusão no PENHOR de ativos financeiros aprovados pelo AGENTE FIDUCIÁRIO em igual volume ao dos direitos creditórios cuja cessão seja inviabilizada;

k) não haver ocorrido a aquisição, pela MAPPIN LOJAS DE DEPARTAMENTOS S.A. dos direitos creditórios, conforme item 1.4 da Cláusula V;

l) se, por qualquer motivo, for rescindido qualquer um dos Capítulos do Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios, Prestação de Serviços de Administração e Cobrança e outras Avenças, referido no item 2., alínea “f” da Cláusula VI desta Escritura.

m) em caso de fusão, cisão, incorporação da CEDENTE ou de outra sociedade pela CEDENTE, sem a prévia anuência do AGENTE FIDUCIÁRIO;

n) dissolução ou liquidação da CEDENTE e/ou de instituições financeiras controladas pela CASA ANGLO BRASILEIRA S.A..

o) caso, do volume total de direitos creditórios aprovados pela MAPPIN LOJAS DE DEPARTAMENTOS S.A., em cada mês, mais de 15% (quinze por cento) tenham sido aprovados em desacordo com as políticas de concessão de crédito previstas no Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios, Prestação de Serviços de Administração e Cobrança e outras Avenças;

p) na ocorrência de eventos graves de natureza política econômica ou financeira, que não possam ser razoavelmente previstos ou evitados, tais como planos econômicos divulgados pelas autoridades monetárias, e na eventualidade da ocorrência de incremento ou redução na inflação, medida pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM), de mais de três pontos percentuais em um único mês;

q) em caso de dissolução, liquidação, decretação de falência ou impetração de concordata preventiva pelo Novo Prestador de Serviços previsto no Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios, Prestação de Serviços de Administração e Cobrança e outras Avenças.

1.1 - Qualquer debenturista poderá declarar antecipadamente vencidas as debêntures, na forma e para os fins previstos no item 1 desta Cláusula VIII, nas hipóteses descritas nas letras “a” a “f”, “l” a “n” supra.

IX DA RENÚNCIA

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente emissão . Desta forma, nenhum atraso em exercer ou omissão no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da EMISSORA prejudicará tais direitos, faculdades

ou remédios ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

X DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

- 1 - Os titulares das debêntures de cada uma das séries poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia especial a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.
- 2 - A assembléia dos debenturistas de cada uma das séries desta emissão poderá ser convocada pela EMISSORA, pelo AGENTE FIDUCIÁRIO ou por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das debêntures de cada uma das séries em circulação, ou pela CVM;
- 3 - Aplica-se à assembléia de debenturistas, no que couber, o disposto na Lei No. 6.404/76, sobre assembléia geral de acionistas;
- 4 - A assembléia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das debêntures de cada uma das séries em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.
- 5 - As deliberações serão tomadas por debenturistas que representem 2/3 (dois terços) no mínimo, das debêntures em circulação com relação a qualquer dos assuntos aqui previstos que exija aprovação dos debenturistas, respeitado o disposto no Capítulo VII, subitem 2.2, desta Escritura.
- 6 - Será facultada a presença dos representantes legais da EMISSORA nas Assembléias dos Debenturistas.
- 7 - O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá comparecer à Assembléia dos Debenturistas e prestar-lhes as informações solicitadas.

XI DIVISÃO

Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

**XII
FORO**

O foro da presente Escritura será o da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura.

E por estarem justos e contratados, assinam a presente em 3 (três) vias de igual teor e forma e para um só efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas que também assinam.

São Paulo, 27 de novembro de 1995.

MAPPIN TRUST DE RECEBÍVEIS S.A.

BANCO CREDIBANCO S.A.

Testemunhas

1ª _____ 2ª _____